



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

#### ----- Acta n.º 276 -----

-----  
----- Aos trinta dias do mês de Setembro de dois mil e dez, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Presidente da Assembleia, Senhor Luís António Sousa Pinto dos Santos, e secretariada pelo Primeiro Secretário, Senhor Jorge Manuel da Silva Loureiro, e pela Segunda Secretária, Senhora Anabela de Seabra Santos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- **Período de Antes da Ordem do Dia:**-----

----- Ponto um: "Apreciação e votação da acta nºs 275, nos termos da alínea a) do nº 1 do Artigo 34.º do RAMA";-----

----- Ponto dois: "Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do Artigo 34.º do RAMA";-----

----- **Período da Ordem do Dia:**-----

----- Ponto um: "Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e) do nº 1 do Artigo 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)";-----

----- Ponto dois: "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de geminação do Município de Anadia com o Município de Diaobé-Kabendou, da República do Senegal, nos termos da alínea d) do nº 4, do Artigo 3.º do RAMA";-----

----- Ponto três: "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de geminação do Município de Anadia com o Município de Villecresnes, de França, nos termos da alínea d) do nº 4, do Artigo 3.º do RAMA";-----

----- Ponto quatro: "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de geminação do Município de Anadia com o Sector de Catio, da República da Guiné-Bissau, nos termos da alínea d) do nº 4, do Artigo 3.º do RAMA";-----

----- Ponto cinco: "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano dois mil e onze (2011), de acordo com o estabelecido na alínea e) do nº 2 do Artigo 3.º do RAMA";-----

----- Ponto seis: "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano dois mil e onze (2011), de acordo com o estabelecido na alínea f) do nº 2 do Artigo 3.º do RAMA";-----

----- Ponto sete: "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de lançamento da Derrama, referente ao ano dois mil e dez (2010), de acordo com o estabelecido na alínea f) do nº 2 do Artigo 3.º do RAMA";-----

----- Ponto oito: "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de fixação da percentagem de participação no IRS, referente ao ano dois mil e dez (2010), de acordo com o estabelecido na alínea h) do nº 2 do Artigo 3.º do RAMA";-----

----- Ponto nove: "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de emissão de declaração de reconhecimento de relevante interesse público municipal do projecto



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*de construção de Pista de BMX e Campo de Relva Sintética, nos termos conjugados das alíneas p) e q) do n.º 1, com a alínea b) do n.º 3, ambos do Artigo 3.º do RAMA, com vista à instrução de procedimento relativo a acção de relevante interesse público".-----*

#### ----- **Período de Intervenção do Público:**-----

----- Período de Intervenção do Público, nos termos do Artigo 36.º do RAMA.-----

----- Tendo sido constituída a Mesa e verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão pelas catorze horas e cinquenta e três minutos.-

----- À sessão compareceram os seguintes Senhores Deputados Municipais dos indicados Grupos Municipais (GM):-----

- • Luís António Sousa Pinto dos Santos – GM do PPD/PSD;-----
- • Jorge Manuel da Silva Loureiro – GM do PPD/PSD;-----
- • Manuel Maria Cardoso Leal – GM do PS;-----
- • Anabela de Seabra Santos – GM do PPD/PSD;-----
- • António Rafael das Neves Timóteo – GM do PPD/PSD;-----
- • Lúcia Maria das Neves Pires Cêrca – GM do PS;-----
- • Dino Augusto Ferreira Rasga – GM do PPD/PSD;-----
- • Maria Lúcia Braga Araújo – GM do PPD/PSD;-----
- • Rui António de Almeida Marinha – GM do PS;-----
- • José Lagoa Duarte – GM do PPD/PSD;-----
- • Carlos Manuel do Cruzeiro Oliveira – GM do PPD/PSD;-----
- • Mónica Rita Pimenta Lousado – GM do PS;-----
- • João Alves Morais – GM da CDU;-----
- • Maria Alexandra Ferreira Henriques – GM do PPD/PSD;-----
- • João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo – GM do CDS-Partido Popular;-----
- • Pedro Miguel da Costa Pereira Dias – GM do PPD/PSD;-----
- • André Miguel Matos Beja Henriques – GM do PS;-----
- • Francisco Manuel Gonçalo Saraiva – GM do PPD/PSD;-----
- • Jennifer Nunes Pereira – GM do PPD/PSD;-----
- • Tiago Pereira Coelho – GM do PS.-----

----- Não compareceu à sessão o seguinte Senhor Deputado Municipal do indicado Grupo Municipal (GM):-----

- • Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões – GM do CDS-Partido Popular;-----

----- Compareceram igualmente à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM:-----

- • José Cerveira Lagoa – GM do PS – PJF de Aguim;-----
- • Joaquim de Oliveira Cosme – GM do PPD/PSD – PJF da Amoreira da Gândara;-----
- • Arménio de Almeida Cerca – GM do PPD/PSD – PJF de Ancas;-----
- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do PPD/PSD – PJF de Arcos;-----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PPD/PSD – PJF de Avelãs de Caminho;-----
- • Manuel Baptista Veiga – GM do PPD/PSD – PJF de Avelãs de Cima;-----
- • José Maria de Almeida Ribeiro – GM do PS – PJF de Mogofores;-----
- • António Guilherme dos Santos Andrade – GM do PPD/PSD – PJF da Moita;-----
- • Henrique Manuel Lameirinhas Almeida Rodrigues – GM do PPD/PSD – PJF de Óis do Bairro;-----
- • Joaquim Moreira da Cruz – GM do PPD/PSD – PJF de Paredes do Bairro;-----
- • António Floro dos Santos Ferreira – GM do PPD/PSD – PJF de Sangalhos;-----
- • Leonildo Moreira da Silva Macedo – GM do PPD/PSD – PJF de São Lourenço do Bairro;---
- • Óscar dos Santos Ventura – GM do PPD/PSD – PJF de Tamengos;-----
- • António Manuel Pereira Duarte – GM do PPD/PSD – PJF de Vila Nova de Monsarros;-----
- • Mário Augusto Carreira Heleno – GM do PPD/PSD – PJF de Vilarinho do Bairro.-----
- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes membros:-----
- • Litério Augusto Marques – PPD/PSD – Presidente;-----
- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – PPD/PSD - Vereadora e Vice-Presidente;-----
- • Lino Jorge Cerveira Pintado – PS – Vereador;-----
- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – PPD/PSD – Vereador;-----
- • José Carlos Ventura de Almeida Coelho – PS – Vereador;-----
- • Rosa Maria Tomás da Conceição – PPD/PSD – Vereadora.-----
- Do executivo camarário não compareceu à sessão o seguinte membro:-----
- • Aníbal José Franco Ferreira – PPD/PSD – Vereador;-----
- Declarada aberta a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Anadia de trinta de Setembro, de imediato, e antes de dar início ao período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a ler a ordem do dia previamente definida para a sessão desde logo iniciada.-----
- Seguidamente, deu nota do e-mail recebido pelos serviços, endereçado pelo Senhor Deputado Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, a dar conhecimento da sua impossibilidade de comparecer à sessão por se encontrar internado nos HUC. Deu também nota que o Grupo Municipal do CDS-Partido Popular tinha informado moralmente que não iria substituir o Senhor Deputado Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões.-----
- Lembrou, ainda, os Senhores Deputados de que a correspondência trocada de e para a Assembleia Municipal nos últimos meses se encontrava disponível para consulta de quem o desejasse.-----
- Entretanto, passou ao primeiro ponto do período de antes da ordem do dia: “Apreciação e votação da Acta n.º 275 (da sessão ordinária de dezoito de Junho), nos termos da alínea a) do n.º 1 do Artigo 34.º do RAMA”.-----
- Para intervir no período de discussão da acta número duzentos e setenta e cinco,



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

respeitante à sessão ordinária de dezoito de Junho de dois mil e dez, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Deputada Lúcia Cerca, do GM do PS.-----

----- Depois de cumprimentar os presentes, a Senhora Deputada referiu apenas que na página dez de quarenta e cinco (10/45) da acta, no quarto parágrafo, primeira linha, onde se lê bola de emprego, possivelmente será bolsa.-----

----- Não tendo havido lugar a qualquer outro pedido de intervenção no período de discussão da acta número duzentos e setenta e cinco, respeitante à sessão ordinária de dezoito de Junho de dois mil e dez, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao processo de votação da sobredita acta, do qual resultou a sua aprovação por unanimidade, com os votos favoráveis de trinta e dois Senhores Deputados dos diversos Grupos Municipais.-----

----- Aprovada a acta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao segundo ponto do período de antes da ordem do dia: "Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do Artigo 34.º do RAMA".-----

----- Para uma primeira intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Tiago Castelo Branco, do GM do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado começou por referir que pretendia levantar algumas questões: uma relativa à educação, outra às Zonas Industriais e uma outra relativa ao desporto.-----

----- Relativamente à educação, disse haver um assunto que estava na ordem do dia e que tinha a ver com as Actividades Extra Curriculares. Passou, então, a explaná-lo da seguinte forma: A promoção e a organização das actividades extra curriculares e a contratação dos professores de actividades extra curriculares esteve até agora sob a alçada da Câmara Municipal de Anadia, aliás, como acontece com a maior parte dos concelhos do País. Contudo, inusitadamente, no início do presente ano lectivo, a Autarquia deu a conhecer que deixaria de assumir a promoção e organização destas Actividades, bem como a contratação dos professores.-----

----- Sabendo que estas actividades são fulcrais para o desenvolvimento dos alunos e que, consequentemente, promovem o sucesso escolar e que complementam, pedagogicamente, com docentes qualificados, espaços do horário previstos na legislação vigente, o CDS pergunta:-----

----- - O que levou a Autarquia, inusitadamente, e somente no início do presente ano lectivo, a dar conhecimento aos pais e encarregados de educação, aos docentes e à comunidade educativa, de que deixaria de assumir a promoção e organização das Actividades Extra Curriculares?-----

----- - O Senhor Presidente da Câmara está consciente de que esta tomada de posição, extemporânea, está a prejudicar, seriamente, centenas de alunos, bem como as suas famílias e os docentes nesta área?-----

----- - Por que não acautelou e evitou, atempadamente, o que se está a passar?-----

----- Ou seja: Somente três Instituições Particulares de Solidariedade Social – Paredes do Bairro, Anadia e Mogofores -, responderam ao Agrupamento de Escolas de Anadia, como parceiros nas Actividades Extra Curriculares; Os restantes alunos do primeiro ciclo do concelho



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estão a ser acompanhados por uma ou outra IPSS, ou entretidos por pessoas sem formação académica e qualificações pedagógicas no âmbito da docência, ou seja, um trabalho diferenciado para a maioria dos alunos do primeiro ciclo do ensino básico do concelho de Anadia.-----

----- A educação não pode estar sujeita a este tipo de leis que visam unicamente o lucro. Logo, o CDS responsabiliza o Executivo Camarário por não ter acautelado em tempo útil esta resposta educativa que beneficia, não só os discentes, como também tranquiliza as suas famílias, que sabem que os seus filhos e netos estão acompanhados adequada e pedagogicamente, e os docentes habilitados nesta área de ensino também, evidentemente. Concluiu, assim, a primeira questão, para a qual ficou a aguardar a resposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal.----

----- Apresentada a primeira questão por parte do Senhor Deputado Tiago Castelo Branco, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder o que tivesse por conveniente.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, começou por dizer que, como o Senhor Deputado deveria saber, à Câmara Municipal não é cometido o dever de organizar e promover as AEC. No entanto, acrescentou que se as fez, até à altura que fez, foi porque entendeu ter condições para o fazer. Mas, que a partir do momento que verificou que essas condições não existiam, e estando no seu pleno direito de dizer que não, comunicou não ter condições para o fazer. Reforçou, ainda, que uma vez que as AEC não são simplesmente da responsabilidade da Câmara Municipal, não via qualquer inconveniente.-----

----- Esclareceu, ainda, o Senhor Deputado que a Câmara Municipal de Anadia, atempadamente, deu formalmente a conhecer às Senhora Ministra da Educação e Senhora Directora Regional de Educação que a Câmara Municipal não reunia condições. Acrescentou que, entretanto, como a Autarquia não recebeu qualquer resposta, terá sido porque, naturalmente, a Senhora Ministra iria encontrar essa resposta no âmbito das competências e do interesse que o Ministério e o próprio Governo viram para as AEC. E adiantou que se a Tutela não respondeu, era porque tinha alternativas, concluindo, mesmo, que as deveria ter, até porque se tratava de uma competência da inteira responsabilidade do Ministério da Educação.-----

----- A finalizar voltou a refutar o que o Senhor Deputado tinha dito quanto ao facto de a Câmara não ter respondido, até porque, comentou, se o Senhor se tivesse informado, saberia que a Câmara de Anadia tinha respondido atempadamente àquela situação, conforme documentação existente a comprovar isso mesmo.-----

----- Para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco que, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, disse continuar a não existir resposta e considerar que o problema não tinha que ser varrido para baixo do tapete.-----

----- Destacou que, efectivamente os munícipes não tinham condições, não tinham meios para fazer face a respostas que a Câmara, até então, sempre assumiu. Adiantou, então, que se a Câmara tem dinheiro, se tem possibilidades para determinadas coisas, também tem que ter



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para aquelas que são as mais prioritárias. E concluiu, dizendo que a questão prendia-se tão só com o facto de os munícipes estarem alarmados, não saberem onde colocar os seus filhos (crianças pequenas), portanto, era uma necessidade que o Município estava a atravessar e a Câmara Municipal tinha de saber dar resposta a essas situações.-----

----- Para responder ao Senhor Deputado, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que se limitou a dar uma resposta lacónica, dizendo que a Câmara assume as suas responsabilidades, o Estado assume as dele e o Senhor Deputado assume as suas.-----

----- Antes de conceder a palavra ao Senhor Deputado Dino Rasga, do GM do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal aproveitou para informar o Plenário de que, no momento, tinham um quórum de trinta e cinco Deputados, porquanto tinham chegado, entretanto, os Senhores Deputados, Henrique Manuel Lameirinhas Almeida Rodrigues, do GM do PPD/PSD, e Presidente da Junta de Freguesia de Óis do Bairro, e António Rafael das Neves Timóteo, do GM do PPD/PSD, e também a Senhora Deputada Mónica Rita Pimenta Lousado, do GM do PS.-----

----- O Senhor Deputado Dino Rasga, do GM do PPD/PSD, depois de cumprimentar os presentes, disse que tinha solicitado a palavra para tentar esclarecer uma questão levantada pelo Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco relativamente às Actividades de Enriquecimento Curricular.-----

----- Começou por declarar que efectivamente o Agrupamento de Escolas de Anadia tinha recebido uma tarefa enorme para ultrapassar, daquelas tarefas que se ultrapassam, mas que demoram alguns dias. Portanto, disse que os encarregados de educação não teriam de estar preocupados, na medida em que a situação que iria prolongar-se por muito mais tempo.-----

----- Explicou, então, que o Agrupamento de Escolas teve de ultrapassar a questão, tentando estabelecer parcerias com outras entidades, nomeadamente com três IPSS's, como o Senhor Deputado tinha frisado, que responderam afirmativamente à organização das Actividades de Enriquecimento Curricular, vulgo AEC, tendo as mesmas arrancado já com o seu desenvolvimento. As restantes, continuou, irão arrancar também, numa data já prevista, e serão asseguradas pela própria Universidade de Aveiro, que considerou ser um parceiro privilegiado, na medida em que sabe de ensino e, portanto, iria ministrar as referidas AEC.-----

----- Referiu, ainda, ser do conhecimento dos pais toda aquela informação, pelo que, todos sabiam com o que poderiam contar. Frisou, também, que as outras IPSS's que entenderam que não tinham estrutura nem condições para desenvolver as AEC na sua totalidade, no entanto, naquele período transitório, estavam a prestar o seu apoio, recebendo e indo buscar os alunos que não tinham ocupação, no período entre as quinze e trinta e as dezassete e trinta. Nessa conformidade, destacou o facto de estarem a ser uns parceiros importantes, até as verdadeiras Actividades de Enriquecimento Curricular se desenvolverem efectivamente, logo a partir do final da semana seguinte, adiantou. Assim, considerou não haver motivo para preocupação, uma vez que existia informação.-----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado Dino Rasga, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do GM da CDU.-----

----- Depois de cumprimentar os presentes, o Senhor Deputado interpelou o Senhor Presidente da Câmara Municipal no sentido de informar a Assembleia Municipal sobre o que iria acontecer na área da saúde no concelho de Anadia. Entretanto, adiantou que tinha tido conhecimento de que iriam ser criadas três unidades de saúde, sendo que uma era bem-vinda, porque vem ao encontro daquilo que foi sempre a aspiração da CDU para melhoria das populações a poente do caminho-de-ferro, portanto, a poente do concelho. Contudo, disse pensar que o concelho iria perder outros serviços de saúde no concelho, pelo que gostaria que o Senhor Presidente da Câmara, que deveria estar devidamente informado, informasse a Assembleia, para que os munícipes também pudessem ser informados.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder ao Senhor Deputado João Morais.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por constatar que o Senhor Deputado estava bem informado. No entanto, disse que entendia que o Senhor Deputado, o tempo que o tinha informado, e daquela maneira, devia dizer, de uma forma concreta, qual a origem daquelas informações, apresentar documentação para que ele pudesse apreciar e, naturalmente, também emitir a sua opinião.-----

----- Entretanto, disse ser desconhecedor de todo aquele problema e que o que sabia era através dos jornais, nada mais. Acrescentou, ainda, que as entidades oficiais de nada o tinham informado, pelo que seria um grande incómodo estar a falar em algo que oficialmente ainda não tinha transitado pelos gabinetes da Câmara Municipal. E era o que lhe podia informar, concluiu.-

----- No seguimento da intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu de novo a palavra ao Senhor Deputado João Morais que começou por referir que uma vez que o Senhor Presidente da Câmara estava alheio a toda aquela informação, ficava triste, porque pensava que o Senhor Presidente da Câmara Municipal não queria dar a conhecer o que sabia.-----

----- Entretanto, declarou que não iria revelar a fonte da informação que detinha, para não dar azo a qualquer tipo de perseguição aos funcionários, que disse lamentavelmente existir. Contudo, passou a explicar o que iria acontecer no concelho, na área da saúde. Referiu, então, que Anadia ficará com uma unidade de saúde e ficará um médico reformado, contratado, a assegurar alguns utentes na actual consulta aberta; Sangalhos ficará com uma unidade de saúde, a funcionar das oito às vinte; São Lourenço do Bairro ficará também com uma unidade de saúde; e das vinte às vinte e quatro horas, por um período curto, o concelho terá dois médicos contratados com lugar a pagamento de horas extraordinárias.-----

----- A finalizar a sua intervenção, o Senhor Deputado concluiu que, tendo em atenção a informação prestada no dia anterior pelo Primeiro-Ministro, no sentido de não haver lugar a pagamento de horas extraordinárias, só bons médicos, de bom coração, é que para lá virão dar o seu corpo para servir os munícipes do concelho de Anadia.-----





**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Concluiu, também, ter contribuído, assim, para informar o Senhor Presidente da situação, voltando a declarar-se triste pelo facto de o Senhor Presidente da Câmara Municipal, como responsável pelos munícipes do concelho, não se ter inteirado da informação.-----

----- Consequentemente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por referir não ter percebido o que o Senhor Deputado tinha querido dizer com perseguição aos funcionários.-----

----- Entretanto, agradeceu ao Senhor Deputado a informação prestada, mas não deixou de referir que a mesma só teria valor quando subscrita pelas entidades competentes, nomeadamente pelo Ministério da Saúde, que tutela toda essa área. E, acrescentou, quem seria o Presidente da Câmara para, sem estar em posse de qualquer documento, emitir uma opinião.-

----- Quanto ao facto de ser positivo o que o Senhor Deputado tinha dito, declarou não saber, assim como também não saber se pagariam ou não horas extraordinárias. O que disse saber e lamentar era que ao mexerem e remexerem só estarão, por certo, a contribuir para que a situação fique cada vez pior. Não obstante, disse que iria aguardar para ver qual a evolução que a situação iria sofrer e concluiu que não poderia fazer juízos de valor, porque, reforçando o que já tinha dito anteriormente, não tinha informação concreta nem oficial que lhe permitisse estar a comentar um assunto que até ao momento não tinha dado entrada na Câmara Municipal.-----

----- Dando continuidade ao período de intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado César Andrade, do GM do PPD/PSD, que depois de cumprimentar os presentes, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se tinha conhecimento de algum projecto para construção de uma futura Zona Industrial particular, a norte da freguesia de Avelãs de Caminho, uma vez que andava um cidadão, residente no concelho de Águeda, a comprar terrenos nessa zona e que, inclusivamente, já tinha reunido com alguns proprietários para negociar a cedência de terrenos junto à estrada, com vista ao seu alargamento e alcatroamento. Assim, disse que pretendia saber se a Câmara tinha algum conhecimento porque essa pessoa poderá andar a enganar os proprietários, na medida em que algumas dessas pessoas que reuniram com o cidadão lhe tinham perguntado se tinha conhecimento de algo. Apesar de ter dito que não, em todo o caso, e como poderá haver qualquer tendência em obter terrenos para outra finalidade que não a que o cidadão diz, o Senhor Deputado disse que gostaria de saber se a Câmara tinha, então, algum conhecimento para ele poder informar os proprietários.-----

----- Para responder ao Senhor Deputado, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por esclarecer o Senhor Deputado que as actuais Zonas Industriais estão inscritas no PDM em vigor. No entanto, lembrou o Senhor Deputado que ninguém pode impedir que qualquer cidadão adquira terrenos e que, eventualmente, venha a propor uma Zona Industrial.-----

----- Entretanto, lembrou o Senhor Deputado que o PDM se encontra na sua fase final, como saberia, e que, naturalmente, lá constam as Zonas Industriais propostas. Estando disponível on-line, no sítio da Câmara Municipal, logo, do conhecimento geral, referiu que as pessoas que





## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vendem ou que pretendem adquirir terrenos poderão ter conhecimento da proposta do PDM e saber o que se encontra previsto para aquele ou outros locais.-----

----- Deu também a conhecer ao Senhor Deputado, que não se instalam indústrias só nas Zonas Industriais. No PDM existe a possibilidade de instalar indústrias, desde que quem tutela as áreas, nomeadamente a Agricultura, a Reserva Ecológica, venham a dar capacidade de construção nessas áreas. Logo, e à semelhança do que acontece com a Câmara Municipal, informou que também um proprietário privado tem de solicitar a integração de uma zona para construção, que depois poderá ter de vir a ser discutido em Assembleia, se estiver no âmbito da sua competência.-----

----- Contudo, e a concluir, disse não ter conhecimento de qualquer Zona Industrial para aquele local, mas não deixou de referir que cabe aos proprietários dos terrenos decidir sobre a sua venda. Lamentou não ter uma informação muito concreta para dar sobre o assunto, mas adiantou que se o Senhor Deputado lhe dissesse qual era local poderia servir de ajuda.-----

----- Prontamente, o Senhor Deputado disse que não poderia precisar o nome da rua, mas informou que o local era na zona perto da empresa Epedal. Adiantou, também, que de acordo com a informação que lhe foi prestada, o cidadão já terá adquirido uns cinquenta mil metros de terreno e já terá inclusivamente solicitado aos proprietários dos terrenos junto à estrada que dá acesso a essa empresa a cedência de terrenos para alargar essa estrada e para futuramente a alcatroar. A concluir, disse que pretendia informar alguns proprietários que poderão estar a ser iludidos.-----

----- Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o local adiantado, junto à empresa Epedal, estava classificado no PDM como Zona Industrial, pelo que poderia haver algum empresário interessado em instalar uma indústria naquela zona e saber do terreno que necessitaria. Acrescentou, no entanto, que no momento não são zonas intervencionadas pela Câmara Municipal, pelo que cabe ao interessado contactar os proprietários para adquirir os terrenos. Não deixou, contudo, de manifestar a sua satisfação com a possibilidade de se tratar da implantação de indústrias, o que considera bastante positivo para o Município. Mas voltou a referir que os proprietários tinham necessariamente de saber o que estavam a vender, adiantando que sendo zona industrial os terrenos teriam um preço e sendo zona florestal teriam outro.-----

----- Para concluir, o Senhor Deputado esclareceu, também, que a ser para construir, fica satisfeito e nada tem contra, mas o que pretendia era incentivar alguns proprietários que poderão estar iludidos.-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal, do GM do PS, que também começou por cumprimentar os presentes naquela que era a sua primeira intervenção e aproveitou para desejar as melhoras ao colega Deputado do GM do CDS-Partido Popular que se encontrava hospitalizado.-----

----- Abordando o tema saúde, e no seguimento da intervenção do Senhor Deputado João Morais, referiu tratar-se de uma intervenção já esperada, articulada com a notícia que tinha



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

saído no jornal da Região Bairradina do dia anterior.-----

----- O Senhor Deputado constatou, assim, que os Deputados do Grupo Municipal do PS, depois de observarem a notícia, por se tratar de um assunto importante, verificaram que a mesma não tinha fonte e constataram, também, não ser a primeira vez que aquele jornal, escreve sobre o mesmo assunto, sem citar a fonte. Comentou, ainda, não ser também completamente surpreendente que a notícia tivesse saído precisamente na véspera da realização da sessão da Assembleia Municipal, o que a não ter, acrescentou, parece ter uma intenção - não dar tempo a qualquer esclarecimento ou desmentido.-----

----- Continuando, referiu que tinham igualmente verificado que não tinha havido o cuidado dessa notícia ser baseada em fonte oficial, das entidades oficiais que são conhecidas. Assim, disse que os Deputados do GM do PS imediatamente diligenciaram no sentido de obter esclarecimentos sobre algumas das informações, ou especulações, que ali estavam referidas e, do dia anterior para aquele dia, obtiveram resposta a algumas questões que colocaram, e que passou a partilhar:-----

----- Sobre a pergunta, se a notícia tem como fonte os vossos serviços, o Senhor Deputado disse que a resposta foi negativa, no sentido: não, não fomos questionados sobre o assunto;----

----- Sobre a pergunta, se as unidades de cuidados de saúde primários substituem o atendimento complementar, consulta aberta, ou seja, se este serviço vai encerrar, disse que a resposta tinha sido: não, cada unidade tem as suas funções específicas;-----

----- Relativamente à pergunta: se a distribuição das extensões de saúde a encerrar é a referida, a resposta foi: não, não está previsto encerrar definitivamente qualquer extensão, trata-se apenas de reorganização de recursos para um melhor desempenho dos cuidados existenciais;-----

----- Quanto à pergunta: por que é que a formação das unidades de saúde familiar não se concretizou (uma vez que há até aqui em subtítulo unidades de saúde familiar em dificuldades para arrancar), a resposta foi: trata-se de um processo de candidatura a decorrer noutras instâncias não dependentes do ACES Baixo Vouga I;-----

----- Finalmente, sobre a pergunta: esta reorganização a ser verdadeira, quando é que passa a terreno, o Senhor Deputado disse que a resposta tinha sido: as unidades funcionais em organização, de acordo com a reforma dos cuidados de saúde primários, entrarão em funcionamento logo que tenham condições, previsivelmente até ao final de dois mil e dez.-----

----- Partilhadas as perguntas e respostas formuladas pelo GM do PS no seguimento da notícia publicada no Jornal Região Bairradina do dia anterior, o Senhor Deputado informou o Plenário de que a comunicação se encontrava assinada pela directora executiva e conselho clínico do ACES Baixo Vouga I. E, acrescentou, que como os Deputados do GM do PS tinham obtido aquelas respostas de um dia para o outro, também o Jornal Região Bairradina poderia ter obtido resposta às mesmas perguntas e a outras.-----

----- Destacando o facto de não ser hábito do GM do PS, nem seu gosto, fazer reparos à comunicação social, e entendendo que tem o seu papel, ainda que nem sempre concorde, nem



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sempre concordem consigo, tudo fazendo parte do jogo democrático, para o qual devem estar preparados, considerou que no caso em particular lhe parece ter havido um pouco de falta de rigor e daquele cuidado básico que deve haver por parte de quem informa, de basear as suas informações a quem de direito. O que disse pensar que não seria nada difícil.-----

----- A terminar, disse então, que teria muito gosto em oferecer ao representante do Jornal Região Bairradina a resposta que lhes tinha sido enviada e até com uma recomendação de que, outras perguntas que pelo GM não foram feitas e que, naturalmente, os senhores jornalistas daquele jornal não-de querer fazer para estar devidamente elucidados, contactem aquela organização, porque, com muita rapidez, poderão obter resposta.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, do GM do PS. Depois de a todos cumprimentar, o Senhor Deputado disse que gostaria de questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a questão que lhe tinha colocado numa última sessão relativamente aos passeios da Avenida da Cúria e relativamente a um buraco que existia e que foi tapado, como prometido, logo passados um ou dois dias o buraco foi tapado.-----

----- Assim, e se era verdade que o buraco tinha sido tapado, o Senhor Deputado disse que também era verdade que o Senhor Presidente tinha dito que lhe respondia de uma forma muito rápida, que iria fazer correcções pontuais, sob pena de aquilo ficar mesmo intransitável. Constatou, então, que essas correcções pontuais não tinham sido feitas e que, como o Senhor Presidente sabia, tinha-o alertado para o facto, na medida em que estavam a chegar a uma época termal, em que naturalmente o afluxo de aquistas é maior e, portanto, para tentar evitar algum contratempo na saúde desses mesmos aquistas.-----

----- Constatou, ainda, que a verdade era que até então nada tinha sido feito na avenida, continuando com o piso extremamente irregular, e que inclusivamente, do lado do Palace, existe extrema dificuldade em circular, não reunindo, portanto, as mínimas condições para as pessoas por ali andarem. E, numa zona como a Curia, considerou que deveria existir grande cuidado.-----

----- Entretanto, alertou para um outro problema. Ainda relativamente ao buraco, que curiosamente foi tapado, informou que logo passado pouco tempo, talvez uns quinze dias, a uma distância aproximada de dois/três metros do mesmo, tinha sido instalada uma tampa de saneamento com uma diferença relativamente ao passeio de uns dez centímetros. Assim, e por considerar tratar-se de uma situação extremamente perigosa, com a agravante de que à noite a iluminação não é muito propícia a que se veja a tampa, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara para mandar fazer aquela reparação, que lhe parecia muito simples, por uma questão de cuidado.-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado Rui Marinha, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por confirmar o facto de ter mandado tapar o buraco, adiantando, contudo, desconhecer a nova intervenção, relativamente à qual disse que tomaria nota.-----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Quanto às irregularidades nos passeios da Avenida, esclareceu não se tratar, lamentavelmente, de questões pontuais, mas estar antes em questão um trabalho que terá de vir a ser mais complexo e, como tal, terá lugar no âmbito da empreitada denominada “regeneração urbana da Curia”. Acrescentou, também, que a mesma fazia parte da programação da Autarquia aos fundos comunitários, pelo que esperava que, a seu tempo, a Câmara Municipal pudesse entregar a candidatura para depois avançar com o trabalho.-----

----- Reconheceu tratar-se efectivamente de uma complicação maior e não de um assunto de intervenção meramente pontual, como tinha sido o caso do buraco. Não deixou, contudo, de agradecer ao Senhor Deputado pelas informações prestadas, porque, explicou, a Câmara, só por si, também não vê tudo.-----

----- Entretanto, e no cumprimento do direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, do GM do PS, que disse constatar que o Senhor Presidente da Câmara lhe estava a responder exactamente da mesma forma como lhe tinha respondido da última vez. Recorrendo uma vez mais às palavras proferidas na altura pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal (“...correções pontuais com certeza que temos de fazer, sob pena de aquilo ficar mesmo intransitável, vamos fazê-lo.”), e depois da conversa havida sobre aquela matéria, o Senhor Deputado disse que lhe parecia estarem de acordo quanto ao facto de que, apesar da situação estar prevista na regeneração urbana, algo teria de ser feito para a minorar, por se encontrar em condições intransitáveis e de extremo perigo.-----

----- A concluir, referiu que o que lhe competia era alertar para a situação e se o Senhor Presidente não tinha condições, não queria proceder ao arranjo, ou estava à espera da regeneração urbana, isso era um problema da sua programação. A ele competia-lhe alertar e dizer, também, ao Senhor Presidente que a resposta que lhe tinha acabado de dar tinha sido exactamente a que lhe tinha dado da última vez. Portanto, concluiu, que, em sua opinião, era necessário fazer alguma coisa.-----

----- Para um nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do GM do CDS-Partido Popular que começou por dizer que o CDS, com o devido respeito, não podia pactuar com aquela hipocrisia. Referiu, então, que já que liam jornais, tinham de saber escolher a informação que recebiam. E, nesse sentido, apelou ao Senhor Presidente da Câmara para ter em atenção os munícipes que estavam a passar dificuldades, os pais e os filhos. Os pais porque – explicou -, precisavam de ir trabalhar e não sabiam onde ter os filhos e como trabalham até tarde e porque os tempos são de crise, querem manter o seu pão para a boca e muitas vezes têm que escolher entre os filhos e o trabalho, tanto de manhã como à noite.-----

----- Portanto, e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, disse estarem em causa os munícipes de Anadia e não o Ministério da Educação, ou o Estado, ou o Governo, pelo que deveria ter isso em atenção. Concluiu, referindo que o Senhor Deputado Municipal Dino Rasga tinha assumido que existia um atraso evidente na colocação das AEC.-----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Relativamente ao segundo ponto que pretendia abordar, e que tem a ver com as Zonas Industriais, passou a apresentá-lo da seguinte forma: O Executivo, por unanimidade, abriu um concurso público para a Zona Industrial de Vilarinho do Bairro para a realização da empreitada de áreas de acolhimento empresarial, conforme consta da Acta número catorze, da Câmara Municipal, de nove de Junho de dois mil e dez. Este concurso abrange a construção de infra-estruturas da rede viária, passeios e arranjos paisagísticos, infra-estruturas de abastecimento de água, infra-estruturas de drenagem de águas residuais e pluviais, infra-estruturas eléctricas e infra-estruturas de telecomunicações, entre outros trabalhos.-----

----- Sabendo que há uma Providência Cautelar do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, no sentido de não ser possível realizar qualquer tipo de actividade na Zona Industrial, cumpre ao CDS perguntar até que ponto é que não estará o Executivo a cometer um crime de desobediência a uma decisão emanada de uma autoridade pública, neste caso o Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro.-----

----- Mesmo que assim não seja, até que ponto é viável estar a gastar dinheiro, o nosso dinheiro, o dinheiro dos munícipes, cerca de um milhão de euros, em investimentos desta envergadura, se não se conhece, ainda, de uma forma rigorosa e criteriosa, com dados concretos, se esta Zona Industrial vai funcionar em pleno.-----

----- Acresce o facto de que com todos estes obstáculos, poder-se-á ter que indemnizar o concorrente a quem a obra é adjudicada, pelo motivo de a mesma não poder ser concretizada por força dos constrangimentos quer da inexistência de PDM, quer da decisão do Tribunal. Também gostaríamos de saber quais são os valores pecuniários de eventuais indemnizações a que as partes no contrato possam vir a estar sujeitas. Perante o exposto, o CDS considera que se deve esperar pela entrada em vigor do novo PDM de Anadia.-----

----- O Senhor Deputado apresentou ainda uma última questão sobre desporto. Disse que tinha tido conhecimento de que mais de quarenta jovens, federados, prontos para iniciar o hóquei em patins, não conseguiam exercer a modalidade, porque no antigo Pavilhão Municipal de Anadia, única e exclusivamente, não existiam as marcações acabadas e balizas para eles poderem praticar a modalidade, de extrema importância para o Município de Anadia. Acrescentou, ainda, tratar-se de jovens a iniciar uma carreira desportiva pelo que considera ser uma iniciativa que deve ser incentivada e implementada como prioridade no concelho de Anadia, e não outro tipo de iniciativas de fachada, com as quais o CDS não pactua nem pactuará, concluiu.-----

----- No seguimento da intervenção formalizada pelo Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do GM do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às duas questões entretanto colocadas. Primeiro, começou por dizer que o Senhor Deputado estava a passar um atestado de burro à Câmara Municipal e ao seu Presidente, quando falou de lançar uma obra a concurso, no valor de um milhão de euros, sem reunir as condições legais. Disse, entretanto, para o Senhor Deputado estar tranquilo quanto a indemnizações ao empreiteiro e tudo mais, porquanto se tratava de uma Zona Industrial a concurso, num espaço autorizado de PDM, que não tem



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

qualquer providência cautelar sobre esse espaço, frisou. Esclareceu, ainda, estar tudo correcto, na medida em que a intervenção será efectuada numa zona classificada no PDM como Zona Industrial, desde a sua origem. Acrescentou, também, que a intervenção não seria em zona de reserva ecológica ou zona agrícola, pelo que não havia motivo para o Senhor Deputado se preocupar que tudo estava de acordo com as situações normais e legais.-----

Comentou, ainda, que a dúvida do Senhor Deputado por a Câmara Municipal não ter ocupação da Zona Industrial, mais parecia uma preocupação com a possibilidade de que ela seja ocupada e uma tentativa de que essa ocupação seja o mais tardia possível. Aliás, adiantou, como fez em Amoreira da Gândara e como faz em todo o lado, parecendo estar na Assembleia para derrotar as iniciativas de boa fé, que a Câmara, e outras entidades, que trabalham em prol do concelho, tentam, no seu dia-a-dia, levar a efeito.-----

Continuando, esclareceu que a Câmara Municipal tinha dado seguimento a todas as providências cautelares: na Zona Industrial de Amoreira da Gândara, na Zona Industrial do Paraimo e na Zona Industrial de Vilarinho do Bairro, e que tudo está sanado em termos de providências cautelares. No entanto, disse que, como o Senhor Deputado saberia, não se tratando a providência cautelar de um julgamento, competia a quem de direito avançar com as respectivas acções principais. Portanto, sugeriu ao Senhor Deputado para fazer como a Câmara, aguardar por essas acções principais e saber qual o seu veredicto. Quanto à eventualidade de ser posto em causa o prejuízo ou alguns problemas com empreiteiros, assegurou ao Senhor Deputado que a Câmara Municipal assume sempre as suas responsabilidades e, nesse caso, também o fará, e de tal facto se justificará à Assembleia Municipal.-----

----- Relativamente à questão das AEC, voltou a referir que o Senhor Deputado, por muito que falasse, estaria a acusar uma entidade que nada tinha que ver com as AEC. Quanto ao facto de as pessoas não terem para onde mandar os filhos, referiu que tal só acontecia por uma razão muito simples, porque tinham retirado às AEC esse grande serviço que era ter as crianças acomodadas, acompanhadas até horas que presentemente, e lamentavelmente, as AEC nem sequer fazem cobertura. Portanto, esclareceu que tal situação piorou, mas não por culpa da Câmara Municipal. E referiu que o Senhor se mostrava muito preocupado com os pais das crianças, mas não lhes apontava soluções.-----

----- Entretanto, reforçou a afirmação de que o cuidado da Câmara Municipal tinha sido tanto que, atempadamente, avisou quem de direito. Porque, esclareceu, a Câmara nunca disse que não desenvolvia as AEC. Esclareceu, também, que a Câmara não pode, nem aceita, que sejam feitas transferências para o Município em prejuízo do próprio Município, porque a pagar as AEC seriam os que têm crianças e os que as não têm, todos pagariam para isso. Declarou, contudo, que a Câmara Municipal se encontrava disponível e solidária com a situação, mas adiantou que aquilo que compete aos outros, devem ser os outros a fazer e cumprir a sua obrigação.-----

----- Para finalizar a questão das AEC, o Senhor Presidente da Câmara referiu que a competência era em primeira instância delegada aos Agrupamentos e, no caso de Anadia, o Agrupamento de Escolas estava a fazer exactamente o que lhe competia, quer por meio de



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

parcerias ou de quaisquer outras formas. O certo era que estava a dar resposta, pelo que seria ao Agrupamento, em primeira mão, que o Senhor Deputado teria de pedir explicações e depois o Agrupamento, por sua vez, a quem de direito, nomeadamente ao Ministério da Educação, apresentaria as suas razões e as suas queixas.-----

----- Quanto ao Pavilhão Municipal, informou que o mesmo estava disponível para a prática de todas as actividades, nomeadamente do hóquei em patins. No entanto, disse haver regras a cumprir, nomeadamente quanto ao procedimento a adoptar para contratualizar o serviço que se torna necessário fazer no Pavilhão para que o mesmo reúna as condições para a prática das diversas modalidades. Assim, esclareceu que essa contratação leva o seu tempo, e o próprio trabalho também, por se tratar de um trabalho de recuperação de todo o piso do Pavilhão com vista à pintura das marcações da modalidade, de acordo com as normas impostas a nível nacional.-----

----- O Senhor Presidente referiu, ainda, que a preocupação da Câmara Municipal se prendia com o facto de não poder dar a resposta no imediato, mas adiantou que tudo estava a ser feito para que os praticantes pudessem ter aquele espaço à sua disposição. Além disso, informou o Senhor Deputado de que a própria Câmara Municipal estava a diligenciar, junto de outras entidades, nomeadamente escolas, no sentido de tentar encontrar espaços para que provisoriamente, até ter todos os Pavilhões em condições para a prática de todas as modalidades, porque o problema não se punha só para o hóquei em patins, as actividades desportivas não parassem. Portanto, garantiu ao Senhor Deputado que a Câmara estava atenta, mas disse que apenas se responsabilizava por si, no total da sua actividade, assumindo e garantindo que faz e tenta cumprir sempre pelo melhor.-----

----- Concluída a explicação dada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do GM do CDS-Partido Popular, para exercer o direito de defesa da sua honra. O Senhor Deputado dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Anadia para lhe dizer que, como representante máximo dos munícipes, considerava que a sua postura não era correcta. Tinha-lhe colocado uma questão muito educadamente, com uma exposição, inclusivamente, pelo que achava que não era postura, repetiu. E acrescentou, mesmo, que Anadia não precisa deste tipo de Autarcas.-----

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu o Senhor Deputado para referir que a Câmara Municipal não necessita que o Senhor Deputado teça aquele tipo de comentários. Referiu, ainda, que o Senhor Deputado estava a acusar o Senhor Presidente da Câmara de ser indelicado, mas também estava a ser extremamente indelicado. Assim, disse que o órgão máximo na Assembleia lhe pedia o favor de manter o respeito do lugar que ocupava. Portanto, disse ao Senhor Deputado que se tivesse alguma questão para considerar, deveria considerá-la, mas não em função daquilo que está a fazer, deveria ser directo.-----

----- Retomando a palavra, o Senhor Deputado disse ter feito perguntas muito concretas. Acrescentou, ainda, não ser ele quem decidia que Zonas Industriais existiam no concelho e que





**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o próprio Senhor Presidente quem mencionou que existiam outras alternativas além das que são feitas pela Câmara. Portanto, existem outras alternativas, concluiu.-----

----- Uma vez mais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio para dizer ao Senhor Deputado que não estava a utilizar a palavra para defesa da sua honra, como a tinha solicitado, mas antes estava a defender os seus critérios. Como tal, informou-o de que tinha que se restringir ao que tinha solicitado, caso contrário, retirar-lhe-ia o direito de intervir.-----

----- O Senhor Deputado, novamente em posse da palavra, disse que se o Senhor Presidente da Assembleia o deixasse concluir o pensamento, perceberia o motivo de estar a falar. Mas estando sempre a interrompê-lo não conseguia dizer nada.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a referir que o Senhor Deputado teria de perceber a finalidade da defesa de honra, porquanto tinha sido nessa estrita situação que lhe tinha sido concedida a palavra. Quanto ao resto, adiantou, ainda, o Senhor Deputado não teria de tecer comentários, tinha exclusivamente de se defender no que se tinha sentido atacado, nada mais.-----

----- Prontamente, o Senhor Deputado disse não estar a tecer qualquer comentário. Estar a explicar aquilo que disse e, por isso, considerava que não merecia o tratamento que o Senhor Presidente da Câmara tinha tido para consigo. Concluiu, dizendo ser apenas isso que estava a querer dizer e era aí que estava a querer defender a sua honra e a honra dos seus colegas Deputados Municipais, que mereciam uma consideração da parte do Senhor Presidente da Câmara.-----

----- Continuando o período de intervenção dos Senhores Deputados no âmbito do período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Dino Rasga. O Senhor Deputado começou por dizer que a afirmação que tinha sido feita pelo Senhor Deputado do CDS-Partido Popular, quanto ao facto de os pais não terem onde deixar os filhos e não poderem ir trabalhar, o tinha preocupado em termos profissionais. Assim, disse que o Agrupamento de Escolas de Anadia agradecia que o Senhor Deputado dissesse onde estava a acontecer aquela situação, porque o Agrupamento não tinha esse registo em lado algum. Aproveitou para informar que as aulas estavam a decorrer normalmente, no Pré e no Primeiro Ciclo, e que o tempo das Actividades de Enriquecimento Curricular, que decorre das quinze e trinta às dezassete e trinta, estava a ser assegurado. Adiantou, contudo, que a única coisa que não estava a acontecer, mas que iria acontecer em breve, como já tinha referido, era que os alunos que tinham uma aula de enriquecimento curricular, de inglês ou de um outro conteúdo programático qualquer, não estavam a ter essa aula. Por conseguinte, perguntou ao Senhor Deputado onde é que os pais não tinham ido trabalhar, porque de acordo com a responsabilidade que era cometida ao Agrupamento de Escolas, que era ocupar os alunos do Primeiro Ciclo durante a manhã, até às dezassete e trinta, não sabia onde é que tal não estava a ser cumprido.-----

----- Aproveitou, igualmente, a oportunidade e algumas palavras proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara, para confirmar que a responsabilidade do Agrupamento e das Escolas



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não passava das dezassete e trinta. No entanto, reconheceu que o Agrupamento sabia que alguns pais e encarregados de educação trabalham até depois dessa hora, mas disse, também, ser uma questão já não era da responsabilidade do Agrupamento. A concluir, afirmou que a responsabilidade cometida ao Agrupamento era até às dezassete e trinta e que isso estava a ser assegurado.-----

----- Portanto, e dirigindo-se ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, disse agradecer mesmo que o Senhor Deputado lhe dissesse onde estava a acontecer uma situação daquelas, porque lhe garantia que o Agrupamento de Escolas, logo no dia seguinte, teria o problema resolvido.-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do GM do CDS-Partido Popular, para esclarecer a questão levantada pelo Senhor Deputado Dino Rasga. O Senhor Deputado começou por dizer que iria começar por uma questão pertinente.-----

----- Prontamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que o Senhor Deputado só tinha sido questionado sobre as escolas e não para apresentar questões pertinentes. Dessa forma, informou-o de que, ou diria quais eram as escolas, ou, então, não lhe poderia conceder a palavra.-----

----- O Senhor Deputado, também prontamente, pediu ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para o deixar falar.-----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por dar a conhecer ao Senhor Deputado que já tinha ultrapassado há bastante o seu tempo de intervenção. Depois, perguntou ao Senhor Deputado se tinha ou não informação sobre as escolas ou os Jardins-de-Infância onde estava a acontecer o que o Senhor Deputado tinha referenciado.-----

----- Em resposta, o Senhor Deputado disse ter o nome das escolas, mas também apelou para que tivessem modos. Entretanto, informou que na sala se encontrava um avô que tinha um neto que se encontrava precisamente nessa situação e que poderia dizer em concreto o que se estava a passar com o seu neto. E acrescentou que se a Assembleia tivesse lugar a horas decentes, certamente estariam muitos mais, porque às sete horas da noite já ninguém se encontrava presente.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, entretanto, disse retirar o que estava para dizer, na medida em que o Senhor Deputado Municipal o estava a insultar do seu lugar e ele não lhe admitia tal atitude.-----

----- Prontamente, concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do GM da CDU que começou por lembrar o Senhor Presidente da Câmara Municipal de que na sessão do dia dezoito de Junho lhe tinha feito uma pergunta sobre quais as escolas no concelho de Anadia do Primeiro Ciclo que iriam encerrar e que o Senhor Presidente lhe tinha respondido que desconhecia o encerramento de qualquer escola. Tendo constatado a ocorrência de encerramentos, o Senhor Deputado perguntou se a Câmara Municipal iria construir o Centro Escolar de Paredes do Bairro, quando a Escola de Ancas tinha menos de dez alunos e a Escola da Pedralva com menos de



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

doze alunos. Perguntou, também, se a Câmara já tinha adquirido o terreno, se após a construção do pólo haveria alunos, com a desertificação que estava a acontecer no interior do concelho e, conseqüentemente, que se trataria de um investimento válido no local.-----

----- Aproveitou, ainda, na sequência da intervenção do líder do Grupo Municipal do PS, relativamente à questão da área da saúde, para perguntar por quanto tempo mais iria estar aberto o posto médico de Ancas, que funciona um dia por semana.-----

----- Para responder, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por esclarecer o Plenário de que não podiam dizer que tinha sido menos correcto para o Senhor Deputado do GM do CDS-Partido Popular. Referiu, assim, que se ser menos correcto para um Deputado era não concordar com ele, então teria sido incorrecto para muita gente. Como pensava não ser esse o conceito que tinham do Presidente da Câmara, declarou que se o Senhor Deputado tinha ficado com a ideia de que o tinha insultado, tal não tinha acontecido, até porque toda a gente conhecia o seu estilo. Esclareceu, ainda, que só lhe interessava falar em termos concretos, e assim tinha acontecido: tinha falado ao Senhor Deputado das Zonas Industriais, das AEC, do Pavilhão, ou melhor da área do desporto. E, acrescentou, nunca ter entrado no foro pessoal do Senhor Deputado. Portanto, pediu desculpa, mas não deixou de referir que o Senhor Deputado estava a interpretar mal a sua forma de actuar.-----

----- Passando a responder ao Senhor Deputado João Morais, esclareceu que a Câmara Municipal, conforme informou a Assembleia Municipal, não tinha dado o seu aval ao encerramento de qualquer escola. Acrescentou, então, que as escolas tinham sido encerradas sob a responsabilidade do próprio Ministério, sem qualquer intervenção por parte da Câmara Municipal de Anadia, a não ser a de notificar os respectivos serviços de educação quanto ao facto de não concordar com o encerramento, o que inclusivamente também aconteceu através das mensagens transmitidas em reuniões havidas na Câmara Municipal com pessoas ligadas à Direcção Regional de Educação.-----

----- Não deixou, no entanto, de manifestar o descontentamento da Câmara Municipal, mas também reconheceu ser verdade que tal não explica tudo, porque se não existirem alunos, ou se houver menos crianças, a desertificação não acontecerá só no interior do concelho, acontecerá em todo o país. E, adiantou, nunca poderiam ser construídas escolas para as crianças de determinado ano ou dia, porquanto o pensamento deve residir no futuro, na expectativa de que o país venha a ter muito mais crianças e muito melhores condições, porque pesar de a evolução de um país sofrer altos e baixos, declarou continuar ainda a acreditar no seu.-----

----- Quanto ao Centro Escolar de Paredes do Bairro, informou o Senhor Deputado que tinha sido recusada a primeira proposta de implantação, por parte da Reserva Ecológica, mas acrescentou que a Câmara já tinha alternativa. E adiantou que no decorrer da sessão lhe daria uma resposta melhor sobre o referido Centro Escolar.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da Assembleia Municipal informou o Plenário de que o tempo destinado ao período de intervenção dos Senhores Deputados Municipais no período de antes da ordem do dia tinha sido esgotado. Por tal motivo, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu, assim, por encerrado o período de antes da ordem do dia.-----

----- Prontamente, deu entrada no período da ordem do dia, para o que solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que procedesse à introdução do seu primeiro ponto: *"Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e) do n.º 1 do Artigo 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)".*-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que uma vez em posse dos documentos, seria mais útil dar o tempo aos Senhores Deputados para intervirem, do que o próprio Presidente da Câmara estar a contribuir para esgotar o tempo definido para a sua discussão.-----

----- Para uma primeira intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, do GM do PS, que começou por referir que o assunto que tinha para abordar se enquadrava no ponto anterior. Contudo, uma vez que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, tinha dado o ponto por encerrado de uma forma um pouco extemporânea, e ainda que tivesse pedido a palavra, não tinha tido hipótese de intervir. Assim, disse que se o Senhor Presidente lhe permitisse colocar a questão entretanto, tudo bem. Se não, respeitaria a decisão. Mas não deixou de lamentar.-----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que se o Senhor Deputado entendia que a questão se enquadrava na análise do ponto um da ordem do dia, dar-lhe-ia a palavra.-----

----- Prontamente, o Senhor Deputado esclareceu que a questão estava relacionada com o ponto um da ordem do dia, mas enquadrada no ponto anterior. No entanto, evidenciou o facto de estarem a falar da actividade da Câmara Municipal. Então, passou a apresentar um pedido de esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, dizendo, antes de mais, que o pretendia fazer, mas lamentando profundamente ter de o fazer, e dizer o que iria dizer.-----

----- Assim, declarou que a sua intervenção tinha a ver com a forma como o Senhor Presidente, na opinião do Partido Socialista, tinha tentado incluir o Partido Socialista numa disputa à qual os seus membros estavam completamente alheios e sempre estiveram, e queriam continuar a estar alheios, que se prendia exactamente com as questões internas do PSD. Reforçou, então, que os membros do PS sempre manifestaram aquela opinião, sempre o disseram e continuariam a reafirmar, que nada tinham a ver com as questões internas do PSD.-----

----- Mas referiu que, curiosamente, o Senhor Presidente da Câmara tinha feito afirmações públicas que os obrigava a pedir-lhe aquele esclarecimento, porque no dia dezoito de Agosto, em carta ao Director no Jornal já referido, tinha dito a certo ponto que "(...) muitos saberão, mas outros precisam de saber, que de facto vários elementos da actual Comissão Política Concelhia do PSD andaram de porta em porta a fazer campanha para levar as pessoas a votar noutra força política que não o PSD (...)". Recordou, também, que depois tinha sido trocada uma



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

série de artigos entre as duas facções, com a qual os elementos do PS nada tinham a ver, mas que, posteriormente, em resposta, novamente, o Senhor Presidente da Câmara disse que "(...) falar de militantes de Vilarinho do Bairro e limites para os diferenciar não é comigo. O mesmo não se passa com esta CPC, pois nas últimas eleições autárquicas, nomeadamente em Óis do Bairro, fio vê-los participar nas listas do PS, nosso principal adversário político (...)".-----

----- O Senhor Deputado passou, então, a ler a lista do PS nas últimas eleições em Óis do Bairro, a qual foi constituída por: Carlos Manuel da Torre Rodrigues; Paulo Fernando Ferreira Lopes; Carla Sofia Fernandes da Costa; Luísa Margarida Gomes Rodrigues; José Manuel da Silva Ramalho; Carla Sofia Pereira Simões do Carmo; Flávio Henrique Gomes Rodrigues; José Augusto Simões do Carmo; Nuno Miguel Torre Rodrigues; Maria Helena de Jesus Pereira Lopes; Luís Manuel Brás Batista; Rogério Manuel Jesus Rodrigues. Nesse contexto, e perante as afirmações que o Senhor Presidente da Câmara tinha feito, o Senhor Deputado disse que o esclarecimento que gostaria de obter era qual daqueles Senhores, de facto, pertencia ou pertencera ao PSD, porque os membros do GM do PS não tinham conhecimento disso, reafirmando, uma vez mais, que o Partido Socialista não se queria intrometer naquilo que eram os assuntos internos do PSD, que nada tinham a ver com isso, mas que também não queriam ver o PS envolvido nesses assuntos.-----

----- Para prestar o esclarecimento solicitado, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por lamentar o facto de, numa altura de discussão da actividade da Câmara Municipal, o Senhor Deputado ter o deslante de tentar obter informação, que adiantou que com todo o gosto lhe daria e lhe mostraria. Inclusivamente, disse que lhe poderia mostrar as listas que leu, e que lhe poderia mostrar, igualmente, dessas mesmas listas, os actuais militantes do PSD.-----

----- Esclareceu, entretanto, que o problema não se prendia com o PS, porque nem tinha referido o PS para o acusar do que quer que fosse. No entanto, declarou refutar as atitudes do seu partido, ao não olhar às ideias dos seus militantes para os inscrever. E acrescentou que o seu partido, inclusivamente, era capaz de dizer que não conhece as pessoas para não as inscrever, mas não se importa que essas pessoas tenham feito parte das listas do PS, o que disse poder comprovadamente mostrar ao Senhor Deputado.-----

----- Disse, então, que teria todo o gosto em informar o Senhor Deputado. No entanto, esclareceu que se pretendia fazer política, não misturava PSD com PS, até porque são bem diferentes nesse sentido, em especial o Presidente da Câmara, adiantou. Concluiu, referindo que não mistura coisas que são internas com um partido, no caso o PS, que estima e respeita.-----

----- Finda a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal dirigiu-se ao Senhor Deputado Rui Marinha para dizer tinha deixado à consideração do Senhor Deputado a intervenção e que, efectivamente se tinham desviado um pouco da linha do ponto.-----

----- Não tendo havido qualquer outro pedido de intervenção no período de discussão do ponto um da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o mesmo por encerrado



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e passou a apresentar o ponto dois da mesma, *“Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de geminação do Município de Anadia com o Município de Diaobé-Kabendou, da República do Senegal, nos termos da alínea d) do n.º 4, do Artigo 3.º do RAMA”*.-

----- Finda a apresentação, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para introduzir o ponto. O Senhor Presidente começou por referir que, presentemente, por facilidade de comunicação e contacto, os pontos do mundo que até então eram muito distantes, deixaram de o ser e, nesse sentido, a Câmara Municipal vem sendo confrontada com os pedidos de geminação, recordando que constavam três da ordem do dia da sessão em curso.-----

----- Referiu, entretanto, não ter memória de a Câmara de Anadia ter alguma vez formalizado qualquer pedido de geminação, mas vinha recebendo muitas propostas de geminação, dos mais recônditos locais do globo.-----

----- Contudo, não deixou de referir o facto de existirem geminações propostas com grandes cidades, vilas, localidades de grande importância, mas também com localidades bastante mais pequenas, como um dos casos que constava da ordem do dia. Assim, disse que o Executivo tinha reunido e para não estar a discriminar, aprovou os pedidos.-----

----- Continuando, referiu que a geminação em si permitia muita coisa, mas não obrigava. Facilitava e colaborava em muitas iniciativas, na medida dos contactos estabelecidos e de todas as acções desenvolvidas, e também do movimento de pessoas que criava. Portanto, disse que o Executivo Municipal tinha proposto a geminação com aquelas três localidades num espírito de igualdade, não olhando, sequer, à dimensão de cada vila ou cidade proposta, apesar da ideia que poderia ser criada de estarem implícitas mais umas viagens.-----

----- Também reconheceu haver geminações que pouco mais que o protocolo tinham celebrado. Mas reconheceu, igualmente, que outras tinham uma actividade e uma intercomunicação tão intensas, que a geminação tem utilidade, por se tratar de um momento de intercâmbio, em que o Município se dá a conhecer e tem a oportunidade de também conhecer os outros. Concluiu, assim, ter sido nessa perspectiva que as propostas tinham sido remetidas à Assembleia Municipal.-----

----- Para uma primeira intervenção no período de discussão do ponto dois da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do GM do CDS-Partido Popular. O Senhor Deputado começou por dizer que a sugestão que iria apresentar relativamente à proposta do ponto dois em discussão se aplicaria para as duas seguintes. Recorrendo às palavras do Senhor Presidente da Câmara, disse que normalmente existem viagens e despesas associadas às geminações, mas que existem alternativas mais económicas e mais profícuas, tanto para os políticos como para os técnicos da Câmara Municipal de Anadia, que era o que se pretendia efectivamente com aquele tipo de troca de conhecimentos, que o CDS louvava, evidentemente.-----

----- Então, passou a dar a conhecer da existência do INTERREG, um programa participado em sessenta por cento pela União Europeia, que tem uma rede implícita e que toda a gente que participa nessa rede gera conhecimentos, troca conhecimentos que depois podem ser colocados



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em links a que todos os técnicos e políticos têm acesso, aqueles que aderem a esse tipo de iniciativa. Constatou, ainda, ser um programa muito mais económico, uma característica que considera importante ter em conta, atendendo à altura de crise que o país atravessa, porque estarão em causa mais umas viagens, que poderiam custar milhares e milhares de euros, não sabemos, concluiu.-----

----- A concluir, considerou ser também importante existir algum rigor e transparência relativamente à situação em apreço, tendo em conta a existência de uma alternativa. Acrescentou que se fazem conferências, visitas, e que as geminações, tanto em Coimbra como em Aveiro, estão a deixar de existir porque na prática não trazem quaisquer resultados e o modelo que está entretanto a ser utilizado, o INTERREG, e que mais uma vez frisou, tem um apoio de sessenta por cento da União Europeia. Portanto, disse que valia a pena pensar nessa alternativa.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do GM da CDU, que disse pretender perguntar ao Senhor Presidente da Assembleia se o ponto um da ordem do dia ainda seria para discutir ou se já tinha passado à frente, uma vez que o Senhor Deputado Rui Marinha tinha solicitado a palavra, tendo em atenção o ponto anterior.-----

----- Prontamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que tinha perguntado quem pretendia ainda intervir no período de discussão do ponto um da ordem do dia e que ninguém mais tinha dado indicação nesse sentido. Quanto à intervenção do Senhor Deputado Rui Marinha, informou que a tinha autorizado já no âmbito da discussão do ponto um da ordem do dia e não no período de antes da ordem do dia.-----

----- O Senhor Deputado, em resposta, disse que o Senhor Presidente da Assembleia tinha passado logo à frente, pelo que gostaria de saber se poderiam voltar atrás, na medida em que tinha pontos importantes para questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a referir que tinha perguntado do interesse de mais algum Senhor Deputado intervir no ponto um da ordem do dia. E acrescentou que como o Senhor Deputado João Morais não tinha solicitado qualquer intervenção, tinha avançado para o ponto dois.-----

----- De imediato, o Senhor Deputado João Morais disse ter feito sinal para intervir, mas o Senhor Presidente da Assembleia não estava com atenção, ou os Senhores Secretários. Disse, ainda, que estava na Assembleia, não para negociar a curto prazo, a contra relógio, mas para negociar e colocar questões para bem da população. Concluiu, no entanto, que o ponto estava passado e estava ao critério do Senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

----- No seguimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por dizer que o Senhor Deputado João Morais tinha acabado de ferir a sua sensibilidade democrática. Disse, também, que o Senhor Deputado não estava habilitado para o culpar do que quer que fosse, quando tinha perguntado e olhado para toda a gente e todos tinham percebido que o ponto ia seguir. Acrescentou, ainda, que o Senhor Deputado não podia tecer comentários que ficariam





## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

registados em acta e que nada tinham a ver com a verdade.-----

----- Disse, também, ser altura do Senhor Deputado se retratar dos disparates que dizia, como o que tinha acabado de dizer, porquanto o Senhor Deputado estava a pôr em causa a gestão da Assembleia, com uma questão que não fazia qualquer sentido. Uma vez mais referiu ter tido o cuidado de perguntar, e por isso lhe parecia injusto, até porque a bancada da CDU e a bancada do CDS-Partido Popular tinham sido, no último ano, altamente beneficiados em relação às outras bancadas, relativamente ao tempo que utilizam e às vezes que intervêm.-----

----- Aproveitou, assim, para recordar o Senhor Deputado que num dos pontos anteriores tinha intervido três vezes, quando tinha direito a apenas duas. Então, perguntou por que razão o Senhor Deputado não chamou a atenção dessa situação e estava entretanto a chamar a atenção relativamente a uma questão que já tinha sido ultrapassada.-----

----- Referiu, ainda, haver regras a cumprir e lembrou o Senhor Deputado de que tinha tido todas as oportunidades possíveis, uma vez que tinha estado presente em todas as reuniões de preparação da alteração do Regimento, de propor as alterações ao mesmo. Portanto, disse que ao Senhor Deputado competia, no estrito âmbito da democracia, ter em atenção essas mesmas regras.-----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se mais algum Senhor Deputado pretendia intervir no período de discussão do ponto dois da ordem do dia. Não tendo havido mais solicitações para intervir no âmbito da discussão do segundo ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o seu período de discussão por encerrado e submeteu o ponto a votação, finda a qual anunciou que, por maioria, com trinta e dois votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD e dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, zero votos contra e duas abstenções, do Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo, e do Senhor Deputado do Grupo Municipal da CDU, e com a ausência na sala dos Senhores Deputados, Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões, do GM do CDS-Partido Popular, e José Cerveira Lagoa, do GM do PS, a Assembleia Municipal aprovava a proposta da Câmara Municipal de geminação do Município de Anadia com o Município de Diaobé-Kabendou, da República do Senegal.-----

----- Decorrida a votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto dois da ordem do dia e passou a apresentar o ponto três da mesma, "*Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de geminação do Município de Anadia com o Município de Villecresnes, de França, nos termos da alínea d) do n.º 4, do Artigo 3.º do RAMA*", nos termos da alínea g) do n.º 2 do Artigo 3.º do RAMA". De imediato, e uma vez que o Senhor Presidente da Câmara Municipal considerou a introdução efectuada no ponto anterior extensível ao presente e ao seguinte, perguntou aos Senhores Deputados se pretendiam intervir.-----

----- Não tendo havido sinalização para intervir no âmbito do ponto três da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o seu período de discussão por encerrado e



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

submeteu o ponto a votação. Finalizado o procedimento da votação, anunciou que, por maioria, com trinta e três votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS e do Senhor Deputado do Grupo Municipal da CDU, zero votos contra e uma abstenção, do Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo, e com a ausência na sala dos Senhores Deputados, Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões, do GM do CDS-Partido Popular, e José Cerveira Lagoa, do GM do PS, a Assembleia Municipal aprovava a proposta da Câmara Municipal de geminação do Município de Anadia com o Município de Villecresnes, de França.-----

----- Decorrida a votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto três da ordem do dia e passou a apresentar o ponto quatro da mesma, *“Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de geminação do Município de Anadia com o Sector de Catio, da República da Guiné-Bissau, nos termos da alínea d) do n.º 4, do Artigo 3.º do RAMA”, nos termos da alínea g) do n.º 2 do Artigo 3.º do RAMA”*.-----

----- Não tendo havido sinalização para intervir no âmbito do ponto quatro da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o seu período de discussão por encerrado e submeteu o ponto a votação. Concluída a votação, anunciou que, por maioria, com trinta e quatro votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS e do Senhor Deputado do Grupo Municipal da CDU, zero votos contra e uma abstenção, do Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo, e com a ausência na sala do Senhor Deputado, Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões, do GM do CDS-Partido Popular, a Assembleia Municipal aprovava a proposta da Câmara Municipal de geminação do Município de Anadia com o Sector de Catio, da República da Guiné-Bissau.-----

----- Decorrida a votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto quatro da ordem do dia e passou a apresentar o ponto cinco da mesma, *“Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano dois mil e onze (2011), de acordo com o estabelecido na alínea e) do n.º 2 do Artigo 3.º do RAMA”,* após o que passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para proceder à introdução do ponto acabado de apresentar.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por comentar tratar-se de uma taxa estranha, porquanto, ao ler a regulamentação, e em sua opinião, quem devia pagar a utilização dos direitos de passagem eram os operadores e não os utilizadores. Reconheceu, no entanto, tratar-se de uma taxa irrisória, mas disse ser a definida por lei, pelo que se tratava de uma questão de legalidade e do seu cumprimento, à semelhança dos anos anteriores. Nesse âmbito, disse não ter qualquer outro comentário a fazer.-----

----- Sem que tivesse havido lugar a qualquer intervenção no período de discussão do ponto cinco da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou, desde logo, o seu processo de votação, decorrido o qual anunciou que, por unanimidade, com trinta e cinco votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, dos Senhores Deputados do



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Grupo Municipal do PS, do Senhor Deputado do Grupo Municipal da CDU e do Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo, zero votos contra e zero abstenções, e com a ausência na sala do Senhor Deputado, Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões, do GM do CDS-Partido Popular, a Assembleia Municipal aprovava a proposta da Câmara Municipal de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano dois mil e onze (2011).-----

----- Subsequentemente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aquele ponto cinco da ordem do dia encerrado.-----

----- Prontamente, deu entrada no ponto seis da ordem do dia, *“Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano dois mil e onze (2011), de acordo com o estabelecido na alínea f) do n.º 2 do Artigo 3.º do RAMA”*, após o que passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para proceder à introdução do ponto.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a cobrança daquele imposto, o chamado IMI, só poderia ser feita quando deliberado pela Assembleia a fixação da sua taxa e comunicada aos serviços adequados da tributação. Referiu, ainda, que os valores enumerados eram os mínimos definidos por lei, como vinham sendo há vários anos, desde que o imposto foi modificado (anteriormente era a contribuição autárquica), pelo que desses valores a Câmara não poderia fugir. A concluir, disse que as taxas propostas eram as que vinham sendo praticadas pelo Município de Anadia, comentando, no final, que se situavam bastante abaixo dos Municípios vizinhos.-----

----- Não tendo havido sinalização para intervir no âmbito do ponto seis da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o seu período de discussão por encerrado e submeteu o ponto a votação. Concluída a votação, anunciou que, por unanimidade, com trinta e cinco votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, do Senhor Deputado do Grupo Municipal da CDU e do Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo, zero votos contra e zero abstenções, e com a ausência na sala do Senhor Deputado, Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões, do GM do CDS-Partido Popular, a Assembleia Municipal aprovava a proposta da Câmara Municipal de fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano dois mil e onze (2011).-----

----- Decorrida a votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto seis da ordem do dia e passou a apresentar o ponto sete da mesma, *“Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de lançamento da Derrama, referente ao ano dois mil e dez (2010), de acordo com o estabelecido na alínea f) do n.º 2 do Artigo 3.º do RAMA”*, após o que passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para proceder à sua introdução.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que, mais do que nunca, as Câmaras Municipais se sentiam obrigadas a cobrar os impostos a que têm direito, porque no



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ano em curso já tinham sido reduzidas as transferências do Estado para as Autarquias e porque, de acordo com a comunicação feita pelo Senhor Primeiro-Ministro no dia anterior, tinha sido anunciado que no próximo ano as Câmaras Municipais iriam sofrer cortes ainda mais acentuados.-----

----- Portanto, referiu que a Câmara Municipal não vive sem impostos, que pode e deve cobrar e que são da sua área. Contudo, reconheceu que poderia estar em causa o montante a cobrar. Mas a verdade era que pelos menos alguns elementos da Câmara não tinham visto razões suficientes por parte de quem eventualmente pudesse discordar do imposto. E disse não ser menos verdade que a Câmara tinha necessidade daquele imposto porque, apesar de parecer tratar-se de um imposto pago de forma indiscriminada, não era assim. Era um imposto pago sobre os lucros das empresas, pelo que considerava que se as empresas com lucros pudessem partilhar algo para o desenvolvimento do seu Município, esse dinheiro seria bem empregue.-----

----- Reportando-se a uma Câmara vizinha que enquanto lá esteve um Presidente nunca tinha cobrado derrama, disse que a Câmara de Anadia não poderia prescindir desse imposto, por se tratar de um imposto que realmente contribuirá para apoiar as áreas social, do desporto, entre outras, e, portanto, declarou que a proposta se mantinha no número exactamente igual ao do ano anterior, 1,5% sobre o lucro tributável.-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o Plenário de que a Mesa tinha recebido uma proposta relativamente ao ponto sete da ordem do dia, que passou a enunciar: O grupo Municipal do Partido Socialista vem a propósito da derrama fazer a seguinte proposta: Considerando que: 1. A actividade económica está numa situação de estagnação e com níveis de desemprego record; 2. Que as empresas são o principal motor de crescimento económico e de criação de emprego; 3. Hoje, mais do que nunca, na decisão de investir são equacionados os factores fiscais; 4. Deve ser uma prioridade do Município criar um conjunto de medidas e políticas que tornem o Município de Anadia atractivo e competitivo face aos demais, entre elas, medidas de atractividade fiscal, económica, de infra-estruturas e acessibilidades; Propomos o lançamento de uma taxa de derrama referente ao ano de dois mil e dez de 0,5% sobre o lucro tributável de IRC.-----

----- Entretanto, deu a conhecer que a sobredita proposta tinha sido admitida pela Mesa, de acordo com o estipulado na alínea a), do n.º 1 do Artigo 20.º do RAMA, pelo que a mesma teria de ser submetida a discussão e votação, antes da proposta apresentada pela Câmara Municipal.-----

----- Para um pedido de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do GM do CDS-Partido Popular, que perguntou apenas se o Senhor Presidente tinha referido IRS, e se estavam a tratar da derrama, ao que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, de imediato, respondeu que tinha corrigido a sua leitura, tratando-se, assim, de IRC.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado André Henriques, do GM do PS, promotor da proposta entretanto em



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

discussão. O Senhor Deputado começou por dizer que, não só na qualidade de Deputado, mas precisamente na qualidade de economista e de contabilista, pretendia introduzir e explicar um pouco da iniciativa do Grupo Municipal do PS. Referiu, então, que depois de ouvirem as medidas avançadas pelo Primeiro-Ministro no dia anterior, tempos difíceis se esperariam e seria relativamente claro que a possibilidade, não só de estagnação, mas de recessão, seria grande nos próximos tempos. Portanto, disse que os Deputados do Grupo Municipal do PS achavam que seria importante a Câmara de Anadia ter uma atitude e ter uma política diferente no que ao tecido empresarial e a criar condições de atractividade dizia respeito.-----

----- Nessa conformidade, disse que a questão da derrama era apenas uma das que o GM do PS vinha focando. No entanto, constatou que não se tinham ficado apenas por essa iniciativa. Havia um leque de iniciativas que consideravam que os Municípios, em particular o de Anadia, deveria tomar, relacionadas também com as Zonas Industriais. Portanto, passou a explicar que na altura de decidir um investimento, não são apenas as questões das acessibilidades, das infra-estruturas, da localização que devem ser tidas em consideração. Também a questão de 1,5% sobre o lucro tributável era uma questão muito importante e que tinha um peso muito importante quando se fazem essas contas. Nessa conformidade, e tendo em conta também o que tinha dito dos tempos difíceis que se esperavam, com recessão de transferências para os Municípios, declarou que os Deputados do GM do PS consideravam razoável e seria bastante importante criar condições de diferenciação face aos Municípios vizinhos e, portanto, propunham uma taxa de 0,5%.-----

----- Para nova intervenção no âmbito da proposta apresentada pelo GM do PS, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rafael Timóteo, do GM do PPD/PSD. O Senhor Deputado começou por dizer que estranhava um pouco a proposta do colega do GM do PS e que achava que ele tinha colocado bem as coisas em relação ao plano nacional do que tinha tentado transferir para o Município de Anadia.-----

----- Disse, então, não haver dúvida alguma quanto à necessidade de atrair as empresas para o Município de Anadia, mas referiu que antes de elas se instalarem no Município, deveria pensar-se para elas se instalarem no país. Quanto à mensagem do Primeiro-Ministro, disse que achava que o que ele tinha feito tinha sido matar qualquer possibilidade de mais alguma empresa se vir a implantar no país.-----

----- Recorrendo ao que tinha sido dito no período de antes da ordem do dia sobre tapar buracos, considerou que não cabia à Câmara Municipal andar a tapar os buracos que o Governo abria, ou seja, o Governo aumenta os impostos, aumenta os encargos sociais, e depois a Câmara é que tem de prescindir do pouco que era a derrama. Porque, acrescentou, se as pessoas souberem quanto aquele imposto representa no bolo do final do ano, até se riam e, ainda mais com uma redução de um por cento de uma coisa que é quase nada. No entanto, disse que o que estava em causa era o princípio de solidariedade em termos institucionais, as empresas terem de contribuir com aquilo que puderem, as que realmente dão lucros, para o desenvolvimento do concelho. Concluiu, não deixando de referir que não cabia à Câmara de



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anadia estar a fazer descontos quando o Governo, que gasta a seu belo prazer, na véspera, tinha anunciado um aumento pesado de impostos.-----

----- Continuando o período de intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do GM do CDS-Partido Popular que começou por dizer que o CDS-Partido Popular de Anadia se congratulava com a apresentação da proposta do GM do PS. Relembrou, entretanto, que a última proposta que o GM do CDS tinha apresentado relativamente àquele tema tinha sido precisamente de estabelecer 0,5% na derrama, num sinal claro às empresas. Referiu, ainda, que qualquer empresário que visse da parte do Município a demonstração de que estava a tentar reduzir a derrama, sentir-se-ia, pelo menos, de alguma maneira atendido, já para não falar no facto de a proposta do CDS ser ainda mais específica e ir ao volume de negócios.-----

----- Continuando, afirmou que existiam grandes empresas para as quais 0,5 era nada, mas que também havia empresas que 0,5 do volume de negócios poderia ser alguma coisa. Pelo menos seria um sinal claro de que o Município de Anadia estaria apostar seriamente no desenvolvimento empresarial no concelho, comentou o Senhor Deputado.-----

----- O Senhor Deputado referiu, entretanto, que se assim não acontecia, e continuava a passar-se o que se vinha passando, viam empresas a fugir do Município, como o caso que tinha lido há pouco tempo no jornal sobre a Central de Biomassa que já não iria ficar no concelho. Falou, também, de outros exemplos de caves que não constroem as suas instalações no Município de Anadia e de empresas de inspecção de veículos, entre outras, que fogem do Município de Anadia e vão para os Municípios vizinhos.-----

----- Assim, destacou a necessidade de dar um sinal claro aos empresários de que os responsáveis políticos apostam nas suas actividades e que se preocupam com as suas actividades. E referiu que mesmo sendo tão pouco, iriam dar pouco para depois retirar muito, porque considera que se trata de frutos de médio e longo prazo que vão trazer muitos benefícios para Anadia e não colocá-la no marasmo em que actualmente se encontra. A concluir, disse que o CDS-Partido Popular louvava a iniciativa tomada pelo Partido Socialista e votaria favoravelmente a proposta.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor deputado Carlos Oliveira, do GM do PPD/PSD, que disse pretender apenas corrigir o que tinha sido dito na anterior intervenção. Esclareceu, então, que quando o Senhor Deputado falou de 0,5% do volume de negócios, o imposto que estava em causa não tinha a ver com isso, mas antes com a percentagem sobre o lucro tributável.-----

----- Um segundo aspecto, referiu que a proposta de redução de 1,5 para 0,5, em termos percentuais, significaria reduzir 66% da receita daquele imposto, não deixando de lembrar que estavam a falar de um imposto que era relativamente pequeno na totalidade do volume das receitas da Câmara Municipal.-----

----- A concluir, e voltando às palavras do colega, disse que não casava muito bem a interpretação de reduzir e transferir para a Câmara Municipal o facilitar a vida aos empresários,



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quando no dia anterior o Primeiro-Ministro do PS tinha vindo castigar toda a sociedade por, enfim, provavelmente erros de gestão anterior.-----

----- Dando continuidade ao período de discussão da proposta apresentada pelo GM do PS, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do GM da CDU que começou por dizer que tinham verificado naquela sessão que o Senhor Presidente da Câmara não dava apoio social às Actividades Extra Curricular dos alunos do Primeiro Ciclo. No entanto, recordou que na declaração que o Senhor Presidente tinha prestado, dizia pretender manter o imposto para algum apoio social no concelho. Quanto a isso, disse que estaria perfeitamente de acordo, se de facto, no futuro, se vier a realizar.-----

----- Entretanto, comentou que tendo em conta o que tinha sido anunciado pelo Primeiro-Ministro, os únicos que saíam penalizados seriam os trabalhadores, aqueles mais precários, inclusivamente, os que recebem seiscentos euros e que ficam inibidos de receber vinte euros de abono de família para os seus filhos, abono esse que foi uma conquista do 25 de Abril, porque os grupos financeiros da banca e do mercado da bolsa de valores o Primeiro-Ministro não penalizou.-----

----- Então, o Senhor Deputado perguntou como poderiam estar a discutir um assunto que representava migalhas para o concelho de Anadia, e não eram capazes de caluniar aquilo que tinha sido anunciado no dia anterior. A concluir, declarou que o seu voto era favorável à manutenção daquele imposto.-----

----- Para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do GM do CDS-Partido Popular. O Senhor Deputado começou por constatar que estavam a falar da diminuição de um imposto que recaía sobre as empresas, que têm o IRC e a Derrama. Assim, considerou que diminuir a Derrama não se tratava de migalhas, demonstrava sim um sinal de protecção e de apoio às empresas que são necessárias precisamente para existirem trabalhadores. Porque, acrescentou, sem empresas não há trabalhadores. Tem de haver empresas para haver trabalho e para haver trabalhadores.-----

----- Depois, relativamente à questão que o colega tinha frisado, quando se tinha referido ao volume de negócios, esclareceu que a Derrama pode ser aplicada em função do volume de negócios, e deu um exemplo: para uma empresa que tenha um volume de negócios até cento e cinquenta mil euros, a derrama pode ser menor; mas se essa empresa tiver um volume de negócios superior a cento e cinquenta mil euros, essa derrama podia ser maior, de 1%. Acrescentou, ainda, ser possível fazer isso, em função obviamente dos lucros.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal, do GM do PS que começou por dizer que tinha ouvido algumas palavras, nomeadamente de Deputados do PSD, que tinham extravasado um pouco o contexto do Município de Anadia e, portanto, reflectiram preocupações de nível nacional. Recordou, então, que naquela sessão, das várias intervenções, tinham acusado o Governo de ser o causador dos males dos portugueses, tinham falado em matar, castigar a sociedade, em





## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

buracos, mas por se tratar de comentários e reacções divergentes dos diferentes partidos e perfeitamente naturais de acontecer, disse que se iria limitar a fazer um breve comentário.-----

----- Assim, referiu que despindo-se da sua posição de membro do Partido Socialista, e colocando-se na posição de português e patriota como todos eram, constatou que todos estavam metidos no mesmo barco e que todos eram responsáveis pelos problemas que o país atravessa. Reforçou, mesmo, que a responsabilidade não recaía só nos Governos dos diversos partidos, as oposições também tinham responsabilidades, e acrescentou não haver bons e maus da fita, não haver elementos da sociedade que sejam bons e que só se portaram bem e que outros só estiveram a castigá-los e a fazer mal. Reconheceu, contudo, haver cidadãos que trabalham melhor que outros, em todas as profissões e em todos os lugares.-----

----- Concluiu, ainda, que tinham de ser os portugueses, globalmente, e não só os Governos, não só os políticos, todos os cidadãos, a resolver os problemas que só aos portugueses compete resolver, por se tratar de problemas que eles próprios criaram. Para finalizar, disse que ao Governo se pede que assuma as suas responsabilidades; à Câmara Municipal se pede que assuma as suas responsabilidades; a todos; porque não há só os maus, os que castigam e os que matam, e os bons, coitados, que são as vítimas. Isso é ficção. Faz parte do jogo e da dialéctica interpartidária, mas penso que não corresponde bem à verdade, rematou.-----

----- Ainda no âmbito do período de discussão da proposta apresentada pelo GM do PS, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Carlos Oliveira, do GM do PPD/PSD, que disse só pretender esclarecer o colega Deputado Tiago Castelo Branco que o facto de estar a preconizar taxas evolutivas de acordo com o volume de negócios, num imposto desta natureza, não faz sentido, porque ele incide sobre os lucros. E adiantou, ainda, que uma empresa pode ter um volume de negócios espectacular, mas se o resultado for zero a derrama é zero. Portanto, concluiu que não fazia sentido estar a estabelecer esse tipo de escalões.-----

----- Decorrido o esclarecimento do Senhor Deputado Carlos Oliveira, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Pedro Dias, do GM do PPD/PSD, que começou por demonstrar alguma estranheza na proposta apresentada pelo GM do PS de 0,5 sobre a derrama, quando as recomendações da OCDE eram no sentido de aumentar o IMI. Reforçou, portanto, que apesar da novela dos PEC's (já três), as recomendações que eram dadas ao Governo, ainda que o Governo pareça fazer ouvidos surdos perante a situação escandalosa em que o país se está a afundar, propunham um aumento, quando no caso, a proposta do GM do PS era no sentido de diminuir.-----

----- Continuando, o Senhor Deputado destacou o facto de a Câmara Municipal também dar resposta a uma situação de continuidade, pela positiva, de responsabilidade social, a qual também considera que deve ser manifestada pelas empresas, porque terá de haver sacrifício perante os momentos que serão extremamente difíceis e, como tal, as próprias empresas também têm que dar esse sinal e não são só os trabalhadores.-----

----- Entretanto, o Senhor Deputado disse que apesar de o seu discurso parecer um discurso



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

um pouco de esquerda radical, o certo era que o PSD também era um partido com uma base social e socialista. E, acrescentou, uma social-democracia também se baseia na defesa dos interesses de todos os cidadãos e também dos trabalhadores, ao contrário do que se poderia pensar. Nesses termos, frisou ser esse o sinal que o sector empresarial também vinha manifestando, ao também assumir as suas responsabilidades.-----

----- Referiu, ainda, considerar que até á data não tinha sido manifestada, por parte das empresas do Município, qualquer vontade de deixar de laborar devido ao imposto da derrama atribuído pelo Executivo. Pelo que, não tendo havido essa manifestação de insatisfação, e não sendo esse o motivo para que essas empresas se afastem do Município, considerou que deveria ser assumida a manutenção da percentagem proposta pela Câmara.-----

----- Contudo, e como o que estavam a discutir era realmente a proposta do GM do PS, voltou a referir que o GM do PPD/PSD estranhava essa proposta, por ser precisamente o Partido Socialista que vinha impondo regras extremamente rígidas de pagamento de mais impostos, não querendo diminuir a despesa. Mas, ao contrário, disse que era óbvio que Câmara Municipal pretendia diminuir despesas, mas ao prescindir daquele valor, não haveria receita e, não significando que fosse uma despesa, em termos reais e imediatos, o que era certo que havia mais despesa. E, aquele valor a entrar, apesar de ser irrisório, seria sempre um valor importante para a gestão do Município.-----

----- Não deixou, igualmente, de estranhar a preocupação manifesta pelo Senhor Deputado do CDS-Partido Popular com a instalação das empresas no Município de Anadia, e disse que gostaria de saber se o Senhor Deputado tinha conhecimento de alguma empresa que tivesse deixado de se instalar no Município de Anadia pelo valor de derrama praticado. Consequentemente, considerou que seria mais importante os responsáveis políticos preocuparem-se em reunir as condições para que as Zonas Industriais previstas possam ser concluídas e para que seja possível desenvolver os trabalhos necessários para que as empresas se instalem e, por vezes, deixar as complicações e o incentivo para que outras instâncias possam encontrar imbróglis legislativos ou um disfarce por trás de uma legislação de defesa de algum animal em vias de extinção, ou de algum sobreiro, que poderá porventura estar seco. A concluir, o Senhor Deputado comentou que lhe parecia mesmo que por vezes, era mais importante, proteger-se um sobreiro seco do que dar-se oportunidades para que as empresas e as indústrias se instalem no Município. Então, destacou que a preocupação do GM do PSD era que as empresas se instalassem no Município, e não pelo valor da derrama.-----

----- Para uma segunda intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado André Henriques, do GM do PS, que disse pretender esclarecer o colega Deputado que tinha concluído a anterior intervenção. Assim, referiu que a mesma lhe parecia um pouco contraditória, na medida em que as recomendações da OCDE eram no sentido de aumentar o IMI e a proposta que estavam a discutir era sobre derrama, e não sobre IMI, e ia no sentido de diminuir a derrama. Portanto, concluiu que obviamente estavam a falar de menos receita, mas também não deixou de referir que se não tiverem uma visão de curto prazo, seria



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fácil perceber que a médio e a longo prazo, com a captação de novas empresas, tal medida poderia traduzir-se numa receita ainda superior à daquele dia.-----

----- Esgotadas as intervenções do Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação da proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PS de lançamento de uma taxa de derrama, referente ao ano dois mil e dez, de 0,5% sobre o lucro tributável de IRC. Decorrida a votação, anunciou que a proposta do Grupo Municipal do PS tinha sido rejeitada, com duas abstenções, do Senhor Deputado do Grupo Municipal do PS, José Cerveira Lagoa, e do Senhor Deputado do Grupo Municipal da CDU, oitos votos a favor, dos restantes Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS e do Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo, e vinte e cinco votos contra dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, e com a ausência na sala do Senhor Deputado, Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões, do GM do CDS-Partido Popular.----

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal retomou a proposta da Câmara Municipal, constante do ponto sete da ordem do dia, de lançamento de derrama, referente ao ano dois mil e dez (2010), à taxa de 1,5%, e não tendo verificado qualquer manifestação de intenção de intervir no âmbito daquela proposta, passou de imediato à sua votação. Decorrida a votação, anunciou que, por maioria, com vinte e sete votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, do Senhor Deputado do Grupo Municipal do PS, José Cerveira Lagoa, e do Senhor Deputado do Grupo Municipal da CDU, oito votos contra dos restantes Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS e do Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo e zero abstenções, e com a ausência na sala do Senhor Deputado, Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões, do GM do CDS-Partido Popular, a Assembleia Municipal aprovava a proposta da Câmara Municipal de lançamento de derrama, referente ao ano dois mil e dez (2010), à taxa de 1,5%.-----

----- Subsequentemente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aquele ponto sete da ordem do dia encerrado.-----

---- Prontamente, deu entrada no ponto oito da ordem do dia, *“Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de fixação da percentagem de IRS, referente ao ano dois mil e dez (2010), de acordo com o estabelecido na alínea h) do n.º 2 do Artigo 3.º do RAMA”*, após o que passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para proceder à introdução do ponto.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu tratar-se de uma participação de IRS em 5% que a Câmara Municipal deliberou propor à Assembleia. Referiu, ainda, que essa percentagem de participação do Município em 5% correspondia ao máximo possível, mas acrescentou que se eventualmente o valor fosse alterado, teria grande implicação na transferência de receitas do Orçamento do Estado, nomeadamente no âmbito das receitas de IRS, para a Câmara Municipal. Concluiu, dizendo que a Câmara Municipal de Anadia fazia o que normalmente as Câmaras do seu tipo faziam.-----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Para uma primeira intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do GM do CDS-Partido Popular, que começou por lembrar que o CDS-Partido Popular também na última oportunidade tinha feito uma proposta relativamente ao IRS, no sentido de ser distribuída essa possibilidade que, ao fim e ao cabo, o Estado dá à Câmara Municipal de Anadia, de em vez de ficar com os 5% do IRS total do Município de Anadia para si, poder distribuí-lo aos cidadãos que são sujeitos ao imposto sobre o rendimento que eles têm. Entretanto, constatou que essa possibilidade estava novamente cortada e que não iria ser possível, nem que fosse num mero ponto percentual, ressarcir os munícipes de Anadia dos pesados impostos de que já são vítimas. Contudo, e atendendo a que custa, porque sai do bolso de todos, disse que gostaria de saber onde é que o Município de Anadia iria aplicar aqueles 5% do Imposto sobre o rendimento dos munícipes Anadienses.-----

----- Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal lembrou que os impostos fazem parte do orçamento da Câmara Municipal, pelo que na altura da discussão dos documentos previsionais do Município o Senhor Deputado poderia ver a sua questão esclarecida.-----

----- Findo o período de discussão do ponto oito da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou, desde logo, o seu processo de votação, decorrido o qual anunciou que, por maioria, com trinta e um votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD e dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, duas abstenções, do Senhor Deputado do Grupo Municipal do PS, José Cerveira Lagoa, e do Senhor Deputado do Grupo Municipal da CDU, e um voto contra do Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo, e com duas ausências na sala, do Senhor Deputado, Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões, do GM do CDS-Partido Popular, e do Senhor Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD, António Rafael das Neves Timóteo, a Assembleia Municipal aprovava a proposta da Câmara Municipal de fixação da percentagem de participação no IRS, referente ao ano dois mil e dez (2010).-----

----- Anunciada a votação do ponto oito da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Cerveira Lagoa, do GM do PS, que formalizou a seguinte declaração de voto: Eu absteve-me. Não entendi determinadas direcções de voto quando se aplica 5% sobre IRS, que é um imposto sobre rendimentos singulares, e se recusa um imposto sobre empresas.-----

----- Subsequentemente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aquele ponto oito da ordem do dia encerrado.-----

----- De imediato, deu entrada no ponto nove da ordem do dia, *"Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de emissão de declaração de reconhecimento de relevante interesse público municipal do projecto de construção de Pista de BMX e Campo de Relva Sintética, nos termos conjugados das alíneas p) e q) do n.º 1, com a alínea b) do n.º 3, ambos do Artigo 3.º do RAMA, com vista à instrução de procedimento relativo a acção de relevante interesse público"*, após o que passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal para proceder à introdução do ponto.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que depois daquele ponto nove ter sido agendado, a Câmara tinha verificado que o processo em questão definia interesse municipal para dois equipamentos, quando esse interesse se estendia a mais equipamentos, sendo que um era de matéria relevante.-----

----- Por esse motivo e por ainda ter muito espaço no local, informou que a Câmara pretendia deslocar para lá o Centro Escolar de Sangalhos, porque a zona onde se encontram actualmente as escolas não tem condições de ser ampliada. Acrescentou, ainda, que depois de os Técnicos promoverem várias tentativas, chegaram à conclusão que o espaço das actuais escolas era realmente complicado. Portanto, disse ter sido encontrada ali uma saída para a instalação do Centro Escolar.-----

----- Nessa conformidade, e para não estar a trabalhar o processo duas vezes, disse que a Câmara solicitava à Assembleia Municipal a retirada do ponto e adiantou que após reunião do Executivo para o efeito, solicitava, igualmente, de acordo com o Regimento da Assembleia, a convocação de uma sessão para discutir o ponto, com as alterações que a Câmara viesse a determinar.-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o Plenário de que, de acordo com o n.º 4, do Artigo 35.º do RAMA, a Mesa da Assembleia pode autorizar a exclusão de um ponto da ordem do dia, por iniciativa própria, ou a pedido da Câmara Municipal, ou Deputado Municipal, com a necessária anuência do proponente desse ponto. Considerando haver enquadramento do pedido do Senhor Presidente da Câmara na parte final do ponto referenciado, uma vez que a Câmara Municipal era a proponente do ponto, e depois de conferenciar com os seus colegas da Mesa, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou a autorização concedida para exclusão do ponto nove da ordem do dia, dentro dos parâmetros definidos pelo seu proponente.-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de novo a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que disse pretender fazer apenas um pedido no sentido de o assunto ser tratado o mais rapidamente possível, na medida em que estavam em causa candidaturas aos fundos comunitários, que têm taxas privilegiadas no momento.-----

----- Referiu, também, que como saberiam, os fundos comunitários alteraram a sua comparticipação em alguns sectores, passando, em certos empreendimentos, para valores que rondam os 80%. No caso das escolas, disse ser pouco significativo, mas não deixava de ser dinheiro e, portanto, era nessa perspectiva que pedia também a compreensão da Assembleia. Para tal, informou da necessidade de realização de uma sessão extraordinária, para a qual disse já ter formalizado o pedido ao Senhor Presidente da Mesa, uma vez que, da parte do Executivo, a resposta iria ser dada o mais rapidamente possível, também para que tudo decorresse de forma rápida. A finalizar, não deixou também de agradecer a boa vontade da Mesa em ter aceite o pedido de retirada do ponto.-----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, antes de passar ao período de intervenção do público, deu a conhecer ao Plenário da existência de uma proposta do Grupo Municipal do PPD/PSD, de acordo com a alínea a), do número um do Artigo vinte do RAMA, de aprovação em minuta dos pontos dois, três, quatro, cinco, seis, sete e oito da ordem do dia. Desde logo, passou à sua votação, concluída a qual, anunciou que a proposta do Grupo Municipal do PPD/PSD tinha sido aprovada por unanimidade, com trinta e quatro votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, e com duas ausências na sala, do Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões, e do Senhor Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD, Joaquim Moreira da Cruz.-----

----- Prontamente, deu por encerrado o período da ordem do dia e passou ao período de intervenção do público.-----

----- Não tendo sido solicitada a intervenção por parte de qualquer cidadão do concelho, ou de fora do concelho, deu também por encerrado o período de intervenção do público.-----

----- Antes de terminar a sessão, não deixou de lembrar e desejar que os Senhores Deputados se apresentassem na sessão solene e comemorativa dos cem anos da República Portuguesa que teria lugar na terça-feira seguinte. Prestou, ainda, um esclarecimento, que frisou não ser de modo algum depreciativo para ninguém. Esclareceu, então, que o Grupo de líderes da Assembleia, conjuntamente com o Senhor Presidente da mesma, tinha deliberado, na semana anterior, a realização de uma Assembleia extraordinária, no sentido de comemorar o cinco de Outubro. Concluiu, reforçando que iria ser uma cerimónia simples, porque assim tinham querido (o Presidente da Assembleia e os líderes das bancadas) que fosse, e evocativa da República.-----

----- Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e, de imediato, deu por encerrada a sessão ordinária, quando eram dezassete horas e vinte e três minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

O Presidente -

O Primeiro Secretário -

A Segunda Secretária -